

Trabalhadores barram na Câmara proposta de taxação na previdência privada



Se por um lado todo o país perde com a decisão da Câmara dos Deputados, na última quarta-feira (30), de rejeitar o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), no Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/24, por outro os trabalhadores, participantes de entidades fechadas de previdência complementar, conseguiram convencer os parlamentares a retirarem do texto a taxação sobre as reservas de poupança em casos de heranças por morte do titular.

“O PLP 108 é mais um projeto que tramita no Congresso, de regulamentação da Reforma Tributária, para definir os bens e serviços que terão tributação ou suas cargas aumentadas ou reduzidas. Por isso, todos os olhos, de vários setores, estão atentos ao texto que, agora, segue para a apreciação do Senado”, explica Marcel Barros, presidente da Associação Nacional de Participantes de Fundos de Pensão e de Beneficiários de Saúde de Autogestão (Anapar).

Nesta batalha no Legislativo, infelizmente os super ricos levaram a melhor e conseguiram que a maioria dos deputados (262 a 136) rejeitasse a emenda proposta pelos partidos Rede/PSOL para taxar as grandes fortunas (patrimônios maiores que R\$ 10 milhões). Mas também ocorreram vitórias que contemplam trabalhadores, com a rejeição da emenda para taxar heranças na previdência privada.

“Essa vitória foi extremamente importante para nós. A proposta era absurda, porque não se trata de herança e sim contribuição dos trabalhadores para garantir a sobrevivência digna de seus dependentes em caso de morte: filhos órfãos e viúvas. Em segundo lugar, porque já pagamos Imposto de Renda sobre esses recursos”, explica Rita Berlofa, diretora da Contraf-CUT e da Afubesp (associação que luta em defesa dos direitos de aposentados e da ativa do Grupo Santander Banespa).

Caixa apresenta proposta para caixas e tesoureiros

A CEE da Caixa se reuniu com o banco na última sexta-feira para dar continuidade às negociações de questões específicas de caixas e tesoureiros, que foram apartadas durante a Campanha Nacional dos Bancários deste ano para serem debatidas em até 50 dias após a aprovação do ACT/Caixa.

“O banco não tinha trazido mudanças significativas num primeiro momento, mas após as contraposições que apresentamos, houve uma pausa para que nos reuníssemos separadamente. Depois da pausa o banco trouxe outras mudanças, que precisamos avaliar para voltar à mesa de negociações na próxima terça-feira (5)”, informou a diretora executiva da Contraf-CUT e coordenadora da CEE, Eliana Brasil.

- Leia em nosso site a íntegra da matéria -